

# A CRISE DA ECONOMIA DO BABAÇU NO MARANHÃO (1920-80)<sup>1</sup>

*Benjamin Alvino de Mesquita<sup>2</sup>*

O trabalho analisa a evolução da economia do babaçu, no Maranhão, desde o início do século XX à década de 80, apontando os fatores responsáveis pela atual crise do setor, que já teve um papel relevante em termos de ocupação de mão de obra para o Estado. Constata-se que os problemas relativos à economia do babaçu não são fatos recentes. Com a instalação de grandes projetos agropecuários e madeiros (década de 70) e a liberação de importações de Óleos similares da Ásia (década de 80), a crise do setor assume proporção generalizada. Os diferentes sub-setores articulados ao babaçu (produção camponesa, casas comerciais e indústrias processadoras) perdem significativos espaços no cenário econômico local. O maior responsável pela crise e a desarticulação da produção camponesa é o descaso proposital do Estado frente a este setor.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura analisar, de forma sucinta, os problemas que estão por trás do declínio da atividade do babaçu no Maranhão, que até o início dos anos setenta era considerado um dos principais produtos da agropecuária maranhense, seja em decorrência do número significativo da força de trabalho envolvida nas diferentes fases da atividade (produção/comercialização/industrialização), seja pela arrecadação de impostos que proporcionava de forma direta e, principalmente, indireta. Neste sentido, procura ressaltar o papel que o Estado teve no passado recente (antes de 70) junto ao empresariado e, a partir dos anos setenta, desarticulando a produção do pequeno produtor e, mais recentemente ainda, (década de oitenta), abandonando-o à própria sorte. Apenas para efeito de melhor compreensão, o artigo está dividido em quatro seções: uma sobre a importância dos fluxos migratórios para a ascensão da produção no início do séc. XX; uma outra sobre o crescimento da produção no pós-guerra, associado à expansão da pequena produção de alimentos (em base familiar) que viabilizará a instalação de grandes empresas no processamento da matéria-prima, que antes era exportada in natura. A terceira parte mostra os problemas que o setor enfrenta (principalmente

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado, em fevereiro de 1998, na XVIII Annual Student Conference of Latin America, patrocinado pelo ILASSA — Insitute of Latin Studies Student Association, da Universidade do Texas, em Austin. O autor agradece os comentários dos pareceristas.

<sup>2</sup> Mestre em desenvolvimento agrícola pela UFRRJ e atualmente pesquisador do Mestrado em Políticas Públicas da UFMA.

os ofertantes do produto — pequenos produtores sem terra) com o avanço do capital no campo maranhense (pecuarização) e, finalmente, a última evidencia de forma resumida o agravamento da crise do babaçu em função da omissão ou cumplicidade do Estado frente aos pequenos produtores familiares responsáveis pela produção do babaçu.

## **2. OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E A ASCENSÃO DA PRODUÇÃO DO BABAÇU**

Até o final do século XIX no Maranhão, a organização da produção agrícola, especialmente aquela voltada ao mercado externo (algodão), se baseava na grande propriedade e no trabalho escravo, embora se saiba que, ao longo de todo o período colonial, a pequena produção camponesa conduzida por pequeno produtor livre tenha assumido um papel importante no abastecimento interno dos núcleos urbanos.

Com a libertação dos escravos e a concorrência externa acirrada nos mercados do algodão em pluma, essa agricultura comercial sofre um golpe muito grande. A consequência é uma completa desarticulação em termos de mercado e a nível de produção. E, para não submergir por completo, a alternativa é adaptar-se às regras dominantes do mercado: trabalho livre (assalariado ou não) e desvinculação privilegiada do mercado externo. E neste sentido que: “em termos estruturais assiste-se a um parcelamento da grande propriedade (latifúndio) e, conseqüentemente, à proliferação de pequenas áreas (de proprietários ou não) responsáveis pela produção, agora, de matéria-prima comercial importante como o tradicional algodão, mas sobretudo pela produção de subsistência que passa a ganhar importância juntamente com um produto até então desconhecido do mercado o coco babaçu” (MESQUITA, 1990, p. 3). E o início e a consolidação da pequena produção familiar realizada por ex-escravos, pelos chamados caboclos, moradores dos latifúndios e, sobretudo, por ocupantes de novas áreas, provenientes do Nordeste (cearenses e piauienses). E, de outro lado, é o fim das relações de produção escravistas que dão lugar às relações de produção mercantil simples, baseadas fundamentalmente no trabalho familiar.

O nível de acumulação da economia maranhense, no início do século XX, é muito pequeno, principalmente porque seu principal setor, a indústria têxtil, já começa a sofrer acirrada concorrência em seus mercados tradicionais do Norte e do Nordeste e, por outro lado, o tradicional produto de exportação do passado — o algodão — volta-se agora para o abastecimento interno. E só na 1ª Guerra Mundial que o babaçu passa a ganhar importância no mercado externo. Se, de um lado, os dados da FIBGE evidenciam a perda da importância da indústria de transformação a partir dos anos 20, quando a mesma chega a representar 12,1% da

PEA do Estado (em 60 cai para 2,9% e em 70 sobe para 5,1%), por outro lado, o setor da agropecuária e do extrativismo tem um comportamento ascendente entre os anos 20 e 70, tornando-se sem dúvida o grande responsável pela geração de renda e de ocupação da população rural (ARCANGELI, 1987, p. 102).

A frente dessa expansão da agricultura encontra-se, até este período, a pequena produção mercantil de lógica não capitalista, executada por posseiros (ocupantes), arrendatários, parceiros e pequenos proprietários. São estes os responsáveis pelo aumento considerável da produção de babaçu a partir da 1ª Guerra Mundial. Por exemplo, entre a 1ª grande guerra e 60, a maior taxa de crescimento se dá entre 1950/60 com 90%, sendo que, de 1940/50 a expansão é de 45%. Em termos absolutos, a situação é essa: 40.000 toneladas em 1940; 58.000 toneladas em 1950 e 110.000 toneladas em 1960 [AMARAL FILHO, 1990, p. 59]. Tal expansão deve-se também pelo algodão para o abastecimento do parque têxtil maranhense mas, sobretudo, pela produção de crescente excedente de arroz exportável para os mercados regional e nacional, cujo papel no processo de acumulação do núcleo dinâmico da economia é fundamental na medida em que possibilita o rebaixamento dos salários e dos custos de matérias-primas para o setor industrial ampliar ainda mais seu excedente, (OLIVEIRA, 1972, p.16). “Isso só vai ser possível devido aos fluxos migratórios oriundos do Nordeste, que inicialmente (entre o final do século XIX e início deste) se direcionavam à Amazônia da borracha (Acre, Amazonas e Pará), mas com a decadência da exploração da mesma, passam a ter o Maranhão como o novo eldorado”. Nas primeiras três décadas, o fluxo é pequeno e dirige-se para regiões de colonização antiga, como o vale dos grandes rios: Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Pindaré; posteriormente, os fluxos direcionam-se para as microrregiões de Imperatriz, Alto Mearim e Grajaú, (MESQUITA, 1990, p.6).

ANDRADE (1968, 82-84), de uma forma didática, faz uma tipologia do fluxo migratório segundo sua finalidade ou objetivo:

a) O 1º fluxo da década de 20 sai de Caxias, região de algodão rumo ao Oeste com intenções agrícolas, passando por Codó (1930), Pedreiras (1940), Bacabal (1950) e Santa Inês (1957);

b) O 2º fluxo desse ramo migratório também sai de Caxias com intenção pecuária e agrícola. Ocupa áreas da microrregião do Alto Mearim e Grajaú e regiões de Barra do Corda;

c) E o 3º fluxo sairá de Floriano - PI, com penetrações nas áreas de Pastos Bons, Riachão, Carolina e São Raimundo das Mangabeiras, e nas microrregiões do Baixo Balsas e Chapadas do Sul; seu objetivo maior é a pecuária.

As altas taxas de crescimento demográfico que se registram no Maranhão entre as décadas de 40 e 60 são decorrentes deste processo migratório intenso do período. A taxa de 1950 chega a ser de 57%, enquanto que a de 1940 fica em 28% (IBGE, 1940/1950/1960).

### **3. O AUGES DA PRODUÇÃO DE BABAÇU E A EXPANSÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR**

O crescente fluxo de mão de obra nordestina, que se registrou desde as primeiras décadas do século XX até os anos sessenta, se constitui, sem dúvida nenhuma, no principal fator responsável pela crescente importância da produção de alimentos (especialmente arroz e mandioca) e a rápida expansão e relevância do babaçu no Estado. Isto porque a base social sobre a qual se organiza a produção do babaçu é essa pequena produção familiar, tendo o trabalho feminino um papel fundamental. Enquanto ela se expande, associada a ela, também cresce a oferta do babaçu, principalmente a partir da década de 20, quando o babaçu se transforma num produto comercial importante na pauta de exportações do Maranhão.

Inicialmente, a produção cresce modestamente por conta da restrição dos mercados externo e interno, mas, no 2º pós- guerra, com a instalação da indústria de beneficiamento no Maranhão e em áreas mais próximas (Piauí e Ceará), a expansão se intensifica consideravelmente, até os anos 70. O volume da oferta de babaçu entre 1960 e 1990 cresce a taxas modestas, mas entre 1960 e 1970 houve um acréscimo de 8%, e, entre 1970 e 1975, de 5%. Entre 1980 e 1990, houve uma queda de 23%. O ano de melhor performance foi 1980, com 171.973 toneladas. Deste ano em diante, há um recuo acentuado, por exemplo, em 1992, a produção era de apenas 102.160 toneladas, menor do que a de 1960, conforme Censo da Produção do Extrativismo Vegetal e da Silvicultura realizado pela Fundação IBGE.

Por outro lado, na medida em que o babaçu assume um papel importante no cenário econômico da agricultura maranhense (de 1920 a 1980), por conta da valorização que o mesmo passa a ter para os diferentes segmentos sociais envolvidos no seu processo produtivo, percebem-se alguns impactos. Tais impactos se fazem sentir, em primeiro lugar, no que diz respeito à questão da apropriação da renda gerada pelos diferentes segmentos envolvidos - pequenos produtores/intermediários/comerciantes — que se faz de forma diferenciada e desigual. Apesar de funcionar como um elemento amortizador da crise (têxtil-algodão), seu quantum é insuficiente para dar uma nova dinâmica à acumulação, nos moldes daquela registrada na época do açúcar e do algodão, no século passado. Um segundo impacto poder-se-ia dizer que relaciona-se, de um lado, aos latifundiários, que passam a ver no babaçu uma nova

e importante fonte de recursos, possibilitando-lhes barganhar a cobrança de renda e a prestação de serviço com o pequeno produtor sem terra (arrendatários, posseiros e parceiros) e, de outro lado, para o pequeno produtor familiar, uma alternativa extra e fácil de renda monetária para complementar o seu processo de reprodução, embora sujeito a pagar uma renda não-capitalista pelo uso da terra, no caso de vincular-se ao dono do babaçual.

### **3.1. A consolidação do setor manufatureiro do babaçu no Maranhão**

No 2º pós-guerra, transformações importantes se processam na economia mundial e também na brasileira, que avançará consideravelmente em sua estrutura industrial. Neste espaço, o capital industrial assume um papel preponderante no desenvolvimento do país nos mais diversos setores industriais. No processamento do babaçu, também se constata isso. Muitas empresas incentivadas pelo Estado instalam-se nas áreas produtoras de matéria-prima. O capital Industrial, que anteriormente estava no centro-sul, instala-se no Maranhão, especialmente na capital (em função do porto) e em cidades centralizadoras da produção (Caxias, Codó e Bacabal). A presença de grupos oligopolistas do Sudeste (Rio e São Paulo) e a abertura de novas estradas aos centros produtores repercutirão na desarticulação do capital comercial que, antes da 2ª Guerra, dominava o comércio do babaçu. Ou seja, a partir daí, a hegemonia cabe ao setor industrial e, portanto, a parcela maior do excedente gerado pelo pequeno produtor do babaçu é apropriada pela indústria. A partir de 1951, nota-se um crescimento significativo do número de indústrias no Maranhão: sai de 11 para 17 usinas em 1961 e chega a 34 em 1981, sendo que, na sua maioria, se encontram instaladas em São Luís (9), Bacabal (4) e Caxias (6) (AMARAL FILHO, 1990, p. 169).

Mecanismos estatais importantes são colocados à disposição dos capitalistas candidatos a investir no setor manufatureiro do babaçu. Os mais destacados e conhecidos foram os financiamentos do sistema bancário estatal: Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, nas décadas de 50 e 60, e os incentivos fiscais da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) nos anos 70 e 80.

No plano industrial, isso resultou em vários aspectos não planejados e avaliados:

a) rápida expansão da capacidade instalada. Com o apoio do Estado, essa capacidade sai de modestas 9.000 toneladas em 1961 para 65.000 toneladas em 1981;

b) atração de novos diferentes segmentos do capital (comercial, usurário, fundiário etc.) para o setor. O capital comercial representa a parte mais importante dos investimentos nesta área;

c) uma desigual modernização tecnológica;

d) uma certa integração vertical dentro do próprio setor. Algumas empresas passam a fabricar, na mesma planta industrial, outros tipos de produtos como sabão, velas, glicerinas, ácidos graxos e margarinas.

Do lado da oferta de matéria-prima, este período (entre 1950 e final de 1960) é de expansão da produção de alimentos e, conseqüentemente, de babaçu, que se realiza de forma significativa, porque há um crescimento vertiginoso da população maranhense, em função dos fluxos migratórios, que garantem uma performance espetacular para o setor de alimentos, principalmente o arroz - um dos principais produtos de exportação - e para o babaçu, que está atrelado a ele.

Segundo dados da FIBGE, a produção de babaçu, entre 1950 e 1960, quase duplica (sai de 58.291t para 110.740t) e continua a crescer até 1979, mas em ritmo desacelerado. As exportações de óleo bruto de babaçu também são importantes nesta época, pois cresceram muito depois da instalação do parque manufatureiro local, especialmente na década de 60, quando parte das indústrias já se encontra consolidada. Em contrapartida, as exportações de amêndoas declinam (no mercado interno) ou desaparecem (para o externo) no final dos anos 50. O babaçu não processado era o principal produto da pauta de exportação do Estado até os anos 50. Em termos monetários, chega a representar 61,91% m 1948; em 1959 participa ainda com 35,93%. A partir daí, com a vinda de empresas processadoras, o babaçu "in natura" continua sendo exportado, mas perde importância nas exportações gerais do Estado (AMARAL FILHO, 1990, p. 75).

#### 4. A CRISE DO COMPLEXO BABAÇUEIRO NOS ANOS 70 E 80

No limiar no século XXI, uma parcela importante da agricultura maranhense ainda se caracteriza pelo seu caráter pouco moderno, baseada na pequena produção familiar não-capitalista, embora haja também importantes áreas voltadas para a produção de soja no sul do Estado, conduzida em moldes empresariais, por grupos de fora, grandes proprietários locais e cooperativas ligadas à produção de grãos. Cabe a eles, a nível local, impactar o setor agrícola estadual com o estabelecimento da cultura de grãos. A expansão da soja na região Sul do Estado foi introduzida por chamados gaúchos, expulsos durante a modernização conservadora

dos anos 70. Tiveram um papel importante os investimentos públicos em infra-estrutura e pesquisa agrônômica e, claro, os subsídios ofertados pelo Estado. Com o avanço da soja, outras atividades e práticas ligadas a essa agricultura passam também a se fazer presentes nos municípios sede, como a construção de unidades industriais de esmagamento de grãos, silos industriais e fábricas de rações. Em decorrência do mercado externo favorável, a produção de soja tem crescido muito rapidamente nos cerrados maranhenses, deslocando outras atividades tradicionais como a pecuária e o arroz e quase extinguindo as relacionadas ao extrativismo, como o babaçu. Essa produção capitalizada, porém, não é a regra. A regra é a produção executada por trabalhadores sem-terra (arrendatários, parceiros e ocupantes) fundamentados no trabalho familiar que, em 1985, chegam a representar 74,89% da população ocupada no setor, de acordo com a Fundação IBGE.

Nos anos 70, o Estado, através da política agrícola e dos incentivos fiscais para a agricultura, tenta mudar este quadro. A idéia era alterar o padrão de desenvolvimento dessa agricultura atrasada e arcaica por uma moderna e capitalizada. Neste sentido, convocará grandes grupos capitalistas do Sul e Sudeste para investirem na agropecuária do Norte e do Nordeste. O resultado em termos de desenvolvimento econômico e social não foi exatamente o que se esperava e, em alguns casos, foi o inverso.

No Maranhão, por exemplo, aportaram um número significativo de grandes grupos capitalistas para aproveitarem as benesses do estado (incentivos fiscais e crédito subsidiado), mas que pouco fizeram para de alterar o estado de atraso dominante da agricultura maranhense. Em vez disso, trouxeram uma gama infindável de problemas que até os dias atuais (1997) permanecem e se arrastam sem solução aparente. O principal deles, no que se relaciona a nossa análise, é a desarticulação da pequena produção de alimentos, responsável também pela oferta do babaçu. Isso ocorreu porque os projetos financiados até 1985, pela SUDAM e SUDENE, foram em sua quase totalidade (95%) direcionados à pecuária de corte, que reconhecidamente é poupadora de mão de obra e expropriadora de pequenos produtores voltados à produção de alimentos. Apenas 5% destinam-se à agricultura temporária. Além disso, como os mesmos são executados em extensas áreas de terras — algumas com até 20 mil hectares, que anteriormente podiam ser usadas para a coleta do babaçu — percebe-se a dimensão do problema para a manutenção e crescimento da produção do babaçu (MESQUITA, 1993, p. 5).

Outros problemas tão graves quanto esses, proporcionados por essa política desastrosa do Estado, são a devastação de milhares de hectares de florestas e a derrubada de milhões de palmeiras de babaçu e a geração de inúmeros conflitos agrários no Estado. A área

de pastagem entre 1960 e 1985 cresce significativamente (120%), enquanto a área com lavoura, em igual período, cresce apenas 45,6%, abaixo do percentual da área incorporada no período, que foi de 58,3%. Ou seja, “aquele oceano de recurso público posto à disposição do grande capital pelas agências do Estado - SUDENE, SUDAM, BB, BNB e BASA, e seus programas especiais tipo Proterra, Polonordeste, acabou proporcionando efeito inverso àquele desejado pelos seus mentores — que eram o crescimento da produção de alimentos no Nordeste e a modernização de sua agricultura; o aumento do emprego e da renda do produtor rural; a contenção do fluxo migratório para as cidades e uma maior democratização do acesso à terra” MESQUITA (1995, p.4). No Maranhão, a produção de alimentos e de babaçu cai vertiginosamente com a pecuarização do campo. Cidades, antes pequenas (Bacabal, Imperatriz e Caxias), hoje, por conta do êxodo rural, estão inchadas com favelas por todo lado e índice de desemprego alarmante. A devastação dos babaçuais pelos fazendeiros com a finalidade de formarem pastos desorganizou consideravelmente a produção do babaçu, uma das principais fontes de renda da maioria dos pequenos produtores dessas áreas, tradicionalmente voltadas para a oferta do babaçu que são as sub-regiões do Cerrado e dos Cocais, além da pré-Amazônia, líder em desmatamento para pastos. Por exemplo, o crescimento do rebanho pecuário entre 1975 e 1980 nestas áreas comprova essa assertiva - 75,6% no Cerrado, 31,6% nos Cocais e 90,6% na pré- Amazônia (AMARAL FILHO, 1990; p. 238).

A penetração do capital no campo maranhense, a partir dos anos setenta, se faz com a pecuária e as madeiras; nos anos 80, com novas culturas, que trazem em seu bojo novas tecnologias, como arroz, cana-de-açúcar e soja (nos cerrados) e, mais recentemente (1990), com o plantio de florestas (na pré- Amazônia maranhense). Tudo isso acarreta mudanças no perfil da agricultura, em particular daquela realizada de forma artesanal, que passa a sofrer todo tipo de pressão dos grandes grupos, sem apoio do Estado. Dessa forma, a pequena produção familiar perde importância do ponto de vista do volume da produção e, claro, também as atividades a ela ligadas, como o extrativismo (babaçu), tornando-se cada vez mais difícil aos pequenos produtores, sobreviver nestas áreas. Assim, o abandono ou a substituição por uma atividade acessória (artesanato, produção de carvão e pesca) passa a ser a única alternativa.

Para estes segmentos específicos do capital, o babaçu é uma praga invasora que precisa ser extirpada de sua área, e quem não fizer sua substituição por uma outra atividade qualquer (arroz, cana, milho, soja ou capim) estará sendo irracional (AMARAL FILHO, 1990, p. 232), porque cálculos comparativos entre o babaçu e qualquer outra alternativa demonstram que o retorno mais adequado ao capital se dá fora do babaçu. Isso porque os preços atuais do

produto no mercado interno se encontram extremamente aviltados, em função da concorrência internacional de óleos provenientes da Malásia (palmiste, que é um substituto perfeito do óleo de babaçu) e da falta de apoio interno por parte dos governos (federal e estadual) para com o setor.

## **5. A OMISSÃO DO ESTADO E O AGRAVAMENTO DA CRISE**

Na chamada década perdida para a economia brasileira, a recessão e os problemas macroeconômicos como o balanço de pagamentos, a crise fiscal e a hiperinflação do governo Sarney são a marca registrada. No Maranhão, porém, os anos oitenta proporcionaram uma boa performance para a economia do Estado. A explicação para este bom desempenho econômico (8% ao ano de crescimento do PIB, segundo a SUDENE) está nos megaprojetos (enclaves) aqui implantados, que perfazem somas de bilhões de dólares. Os três mais importantes investimentos foram: a) o projeto da ALUMAR, com 2 bilhões de dólares para a produção de 3 milhões de toneladas de alumina e 500 mil toneladas de alumínio; b) o projeto da Vale do Rio Doce (CVRD), que implanta toda a infraestrutura para exploração e exportação do minério de ferro (ferrovia e porto); c) o projeto de celulose da CELMAR - Celulose do Maranhão S. A, com participação da CVRD e de grupos privados nacionais e estrangeiros, no valor de U\$ 1,2 bilhão, destinado à produção de 420 mil toneladas de celulose na Pré-Amazônia Maranhense, na cidade de Cidelândia. Pesquisa executada pela Universidade Federal do Maranhão em 1988, no entanto, mostra que os efeitos dos mesmos se restringiram aos segmentos urbanos — comércio e serviços, fundamentalmente. A agricultura, principalmente aquela voltada à pequena produção de alimentos, apresenta-se com um desempenho sofrível, e até negativo (3,5% ao ano), em função da seca. A exceção é a soja.

A década de 80 foi o período em que os problemas relativos ao extrativismo (especialmente babaçu e jaborandi) afloraram com mais intensidade, sem contudo haver um encaminhamento para sua solução. Nos anos 70, já se percebia que isso iria se processar, já que a performance não era das melhores para os segmentos (usina/comerciante/produtor) a ele relacionados.

A responsabilidade maior cabe ao Estado, na medida em que ou ele é o ator principal (oferta créditos bancários e incentivos fiscais, retira barreiras alfandegárias, etc.) ou ele se omite (em planejar e intervir no setor). Por outro lado, o desinteresse de segmentos envolvidos (em particular dos industriais), a desatualização tecnológica e o alto índice de capacidade ociosa do parque manufatureiro completam o quadro explicativo da crise.

A participação do Estado a nível local e federal nas transformações socioeconômicas no campo maranhense, que se iniciam nos anos 70, com a pecuária subtraindo áreas de lavoura da pequena produção de alimentos, contribui inexoravelmente para quebrar aquela tendência que vinha se mantendo desde o pós-guerra na pequena produção de alimentos e, portanto, de babaçu.

A pecuarização de áreas que tinham uma tradição na produção de babaçu e alimentos deslocou/expulsou um contingente importante de pequenos produtores e impediu-lhes o acesso à terra e, portanto, ao babaçu. Isto ocorre tanto em áreas tradicionais voltadas à exploração, como a região dos cocais, quanto em outras: Pré-Amazônia, Litoral e Baixada. Embora em várias dessas áreas surjam movimentos de pequenos produtores, contestando o cercamento das áreas de livre acesso aos babaçuais e/ou sua devastação indiscriminada para implantar pastos, poucos conseguem sucesso, evidenciando assim o descaso do poder público (executivo/judiciário/legislativo) para com este segmento social. Mesmo com dificuldade, alguns conseguiram conquistar seus direitos frente ao grande capital. É o caso das quebradeiras de coco da região do Mearim, que fundaram uma Associação — Assema — e Cooperativas para este fim.

Uma das mais graves omissões do Estado refere-se à falta de uma política de controle efetiva do meio ambiente e de repressão à devastação ambiental. As grandes madeiras (do Pindaré) tem contribuído para acelerar o processo de devastação da Pré-Amazônia Maranhense. São milhares de hectares de florestas devastadas para a extração de madeira (exportação) e produção de carvão para as guzerias. A derrubada de babaçuais em todo o Estado também constitui outra prática rotineira de fazendeiros para a implantação de pastos e expulsão de lavradores. Isso, apesar de existir toda uma legislação específica de proteção a tais práticas abusivas, o que se constata, é uma ação insuficiente, ineficaz e, muitas vezes, omissa dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização (MESQUITA, 1993, p. 8).

Ao oferecer vantagens fiscais e creditícias de toda ordem aos industriais nos anos de grande expansão do babaçu, sem realizar um planejamento e acompanhamento do setor, o Estado acabou possibilitando a instalação de uma capacidade significativa (327.867t/óleo/ano). Como, em contrapartida, não houve um apoio à expansão dessa oferta, o resultado é que a indústria, já na década de sessenta, trabalhava com grande capacidade ociosa, (76%), implicando maiores custos e menor poder de acumulação. Quando, então, nos anos 70 e 80, a produção de babaçu entra em desaceleração, os problemas da indústria se multiplicam. Adicionando-se a este quadro a desatualização tecnológica dominante no setor, constata-se uma

situação análoga ao que se registrou na indústria têxtil maranhense no início dos anos sessenta, quando desaparece por completo.

Assiste-se, assim, a um declínio constante do parque industrial tradicional — em particular as empresas ligadas ao babaçu, alimentos, perfume, sabão e velas. Por exemplo, o valor da transformação industrial de alguns subsetores mostra isso: da química: queda de 43% em 1970 para 24% em 1985; sabão, velas e perfume: queda de 9,5% em 1980 para 4,23% em 1985 (dados do Censo Industrial de 1970 e 1985). Inúmeras empresas, de todos os tamanhos, na capital e no interior, desaparecem. As poucas que sobrevivem adaptam seu processo produtivo a outras oleaginosas (por exemplo, soja) ou, simplesmente, compram óleo bruto importado da Ásia (palmiste), mais barato do que o processado no Estado.

A abertura do mercado interno ao óleo asiático, que o Estado brasileiro executa em fins de 80, em função de sua política comercial, acarreta um agravamento da situação já caótica do babaçu no Maranhão, embora, num primeiro momento, haja manifestação de industriais e, principalmente de pequenos produtores, mostrando a insanidade da medida frente aos interesses de um número significativo de produtores. Dados da FIBGE de 1985 constatam que há 224.555 pessoas ocupadas no extrativismo, sendo que uma parcela significativa (98.000) é constituída de mulheres, com um crescimento absoluto de sua participação, já que, em 1970, somavam apenas 46.000. De outro lado, isso causou o fechamento de fábricas no Estado por falta de matéria-prima e favoreceu a queda de arrecadação do ICMS em função do menor volume da produção. A tarifa, no entanto, foi mantida e o governo estadual nada fez para diminuir o estrago na área de produção ou de processamento de amêndoas de babaçu.

Completando o quadro de decadência, temos a inexistência de uma política agrícola específica que contemple o setor do extrativismo do babaçu. Nesse sentido, alguma coisa existe, mas direcionada à castanha do pará e à seringueira para os Estados do Pará, Acre e Amazonas. Ou seja, mesmo sabendo das dificuldades por que passa este segmento social, constituído na sua maioria por mulheres e menores, o Governo Federal tem, sistematicamente, excluído este setor de qualquer política específica. Por outro lado, o Governo Estadual nada faz ou reivindica para mudar essa situação de precariedade que vivem secularmente estes semi-cidadãos”.

## **6. CONCLUSÃO**

O foco deste trabalho foi mais no sentido de contribuir no esforço de entendimento da crise dominante no setor de extrativismo no Maranhão, tarefa essa que vem sendo executada desde os anos 80 por diferentes estudiosos.

Identificou-se no setor um padrão de crescimento extensivo e de baixa tecnologia que aparece tanto na produção quanto no processamento. Revelou-se, também, o crucial papel exercido pelo Estado na promoção do desenvolvimento do setor, via protecionismo, incentivos fiscais e outros instrumentos de estímulo à indústria no bojo dos mecanismos promotores da industrialização do Nordeste propostos pela SUDENE. Isso, num primeiro momento, e direcionado à área industrial. Posteriormente, é esse mesmo Estado que favorece a desarticulação completa do “complexo babaçueiro”, na medida em que desregulamenta o mercado de óleo (abre às importações) e desarticula a pequena produção familiar responsável pela produção de babaçu, através da prioridade dada a grandes grupos empresariais voltados à exploração da pecuária e da extração de madeira em áreas tradicionalmente voltadas para o babaçu.

Em suma, pode-se afirmar que a política de promover o desenvolvimento, seja ele de um setor específico ou de forma generalizada, tornou-se tarefa de crescente complexidade. Só incentivos fiscais são insuficientes para que a produção cresça e ganhe competitividade a nível internacional. E cada vez mais importante e necessário que haja um conjunto de políticas perfeitamente articuladas entre si, para que o setor sobreviva. E, neste contexto, é preciso pensar não apenas no capital (empresa), mas sobretudo nas pessoas (trabalho), que são o objetivo maior de uma sociedade justa e democrática.

#### SUMMARY

The paper analyses the evolution of babassu economy in Maranhão from the beginning of the XXth Century to de 1980s. It points the factors that caused the nowadays crisis of this economic sector, which once was very important to the employment of the labor force in Maranhão. The problems of babassu economy are not a recent event. With the settlement of big projects of agriculture, cattle-raising, and wood cutting (in the 1970s), the and with the liberalization of the importation of similar oils from Asia (In the 1980s) the crisis becomes generalized. The different subsectors of babassu economy (the production carried out by peasants, the commercial houses, and the babassu industries) lose largely their weight inside state economy. The major responsible for ibis crisis, and for the disorganization of the peasant economy is the deliberate disregard of the State towards this economic sector.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, Jair do. A economia política do babaçu: um estudo da organização do extrato indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Paisagem e problemas do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- \_\_\_\_\_. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- ARCANGELI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização da pré-Amazônia maranhense. São Luís: EDUFMA, 1987.
- \_\_\_\_\_. FIBGE. Censo agropecuário do Maranhão. 1950/60/70/75/80/85.
- \_\_\_\_\_. Censo industrial do Maranhão. 1975/ ,80/ 85.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 4 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- MESQUITA, Benjamim Alvino de. Questão urbana e agricultura no Maranhão dos anos 80. São Luís, 1995 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Aspectos gerais sobre a agricultura maranhense no século XX. São Luís, 1990 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a economia do babaçu. São Luís, 1993 (mimeo)
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, São Paulo, out 1972.
- VIVEIROS, Jerônimo de. História do comércio do Maranhão (1898-1934). A.C.M., São Luís, v. 1.